

# 53 Uma tarde de tensão

Foram três horas e meia de tensão no Tribunal Regional Eleitoral-TRE. Quase cem pessoas presentes ao julgamento não conseguiam dominar a emoção. Apesar de terminantemente proibidas pela presidência do TRE de se manifestarem, reagiam com palmas e "viva a justiça" depois de cada voto favorável à impugnação e com o silêncio a cada voto contrário.

Apenas um cidadão ousou bater palmas, quando o último juiz a votar, o desembargador Manoel Coelho, optou pela impugnação, mas logo silenciou, quando viu seu gesto não acompanhado por ninguém. Era o secretário-geral do Comitê do PMDB do Cruzeiro.

No transcorrer do julgamento, os candidatos ao Senado se revezavam na expectativa. Lá estiveram Maurício Corrêa (PMDB), Nilson Curado (PSB), Pompeu de Souza e Carlos Murilo (PMDB), Ferreira de Castro (PTB), Byron de Souza (PSB), Arlete Sampaio (PT), Jorge Augusto Vinhas. O próprio Múcio não apareceu.

No segundo intervalo, provocado pelo pedido de vistas ao processo feito pela juíza Ana Maria Pimentel depois de o relator Bonifácio de Andrade ter recomendado a rejeição do pedido de impugnação, o clima nos corredores do Tribunal era de euforia entre os dirigentes do PMDB e os advogados Célio Silva e Fernando Silva. Milton Seligman disse que com o time de advogados de que dispunha o seu partido, ele não tinha que ficar preocupado com nada. Deixava isso para os partidos adversários.

Luiz Manzolillo, presidente do partido impugnante, triste e decepcionado, arriscava apenas um comentário: "Política é arte de demônios". O presidente do PJ-Partido da Juventude, Climério Delfontes, também decepcionado, não esperou o final do julgamento. Ferreira de Castro, candidato do PTB, lamentava falhas no pedido de impugnação que iriam permitir a Múcio continuar disputando as eleições, e o

pior, se colocando como vítima. Eri Varela, advogado dos impugnantes, muito tenso, dizia que se tratava de "uma luta de Golias contra Davi", ao se referir a sua condição de ex-aluno do advogado Célio Silva.

A virada começou com o voto da juíza Ana Maria Pimentel que, julgando o mérito da questão, resolveu acolher o pedido de impugnação, posição reforçada com o voto do juiz José de Campos Amaral. O equilíbrio entre a decepção e a euforia voltaria com o quarto voto proferido pelo juiz José Augusto Branco. Mas a euforia voltaria à plateia com a decisão do Juiz Hermenegildo Gonçalves, aplaudido longamente. Optando pela impugnação. O desembargador Manoel Coelho, depois de longo arrazoado, foi contra a impugnação.

Quando a desembargadora presidente do TRE, em voto de minerva, decidiu acatar o pedido de impugnação da candidatura de Múcio Athayde, a plateia não se conteve. Palmas, hinos, gritos e a parafernália de luzes e câmaras de televisão sobre advogados, juizes e políticos.

Tenso o advogado Célio Silva respondia com rispidez às perguntas:

— E agora, dr. Célio, o senhor vai recorrer?

— Claro.

— Quando?

— No prazo legal.

— Qual é o prazo legal?

— O que está na lei.

Minutos depois, já menos tenso, o advogado Célio Silva abraçava o emocionado oponente, advogado Eri Varela, parabenizando-o "pela brilhante sustentação oral e pela vitória". Logo depois — o mineiro João Ávila pedia ao advogado do impugnado que deixasse o processo como estava, alegando que Brasília não merece Múcio Athayde.

Luiz Manzolillo, presidente do PSB, saía sorridente para comemorar a vitória numa Pizzaria, dizendo que o TRE optou por uma decisão histórica, evitando que Brasília no seu nascimento eleitoral tivesse suas primeiras eleições dominadas pelo Poder Econômico.